

Interfaces entre o Ecofeminismo e as Ciências Sociais Aplicadas: Uma revisão sistemática da produção científica.

BRENDA SANTANA SILVA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

TÂNIA CRISTINA AZEVEDO

Introdução

A perspectiva ecofeminista, inaugurada por d'Eaubonne (*Le Féminisme ou la mort*, 1974), entende humanos e natureza como interdependentes e critica dicotomias e estruturas de poder que sustentam a dominação ambiental e a opressão das mulheres (Mies; Shiva, 2021). A pesquisa justifica-se pela vulnerabilidade feminina nas crises ambientais, 80% das pessoas deslocadas por desastres são mulheres (ONU, 2021) e pela sub-representação em espaços decisórios (IBGE, 2022-2023), evidenciando a necessidade de ampliar políticas públicas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Este estudo tem como inquietação compreender de que maneira o ecofeminismo aparece na produção científica e quais lacunas persistem. Para responder essa questão a pesquisa tem como objetivo investigar como o ecofeminismo tem sido tratado nas Ciências Sociais Aplicadas.

Fundamentação Teórica

O ecofeminismo, ganhou projeção na década de 1980 em meio a mobilizações contra a degradação ambiental (Mies & Shiva, 1993). Diferencia-se do feminismo tradicional ao articular a luta contra opressões de gênero com a defesa ambiental, como condição para o bem-estar e a equidade (Diciommo, 2017 apud Cândido et al., 2022). Tal perspectiva revela interdependência entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 11.3 e ODS 5.5. Essa relação mostra a necessidade de abordagens sistêmicas e participativas, nas quais mulheres assumam protagonismo na governança urbana (Silva et al., 2024)

Metodologia

Trata-se de um estudo quali-quantitativo (Creswell, 2013), integrando revisão sistemática e procedimentos bibliométricos para ampliar a compreensão do fenômeno investigado. A pesquisa concentrou-se na área de Ciências Sociais Aplicadas (CNPq). A coleta ocorreu no Portal de Periódicos CAPES. Os procedimentos envolveram quatro etapas: (I) levantamento bibliográfico, (II) leitura analítica e organização dos dados (III) análise quantitativa via Excel, com gráficos para sistematização; e (IV) síntese crítica das convergências e divergências.

Análise e Discussão dos Resultados

67% dos 17 artigos foram assinados por uma única autora, 11% por duas autoras e 22% exclusivamente por homens. Ao analisar as publicações por eixo constatou-se que os eixos jurídico-político e cultural-artístico concentram 29,41% dos estudos cada, seguidos pelo socioambiental-comunitário (23,53%) e teológico-epistemológico (17,65%). Os estudos combinam análises legislativas, revisões bibliográficas, estudos de caso, etnografias e ensaios, ampliando perspectivas sobre o ecofeminismo. Há predominância de autoras, temas recorrentes e lacunas teóricas e aplicadas.

Considerações Finais

A concentração de publicações nos anos de 2020 a 2023 sugere que o período de confinamento e isolamento social durante a pandemia pode ter impulsionado estudos do assunto com publicação em periódicos. A análise bibliométrica revelou predominância de autoria feminina, embora ainda existam trabalhos escritos exclusivamente por homens, apontando persistência de desigualdades de gênero. Quanto à relação com a Agenda 2030, não constatou-se vínculo explícito com os ODS nº 5 e nº 11. Os achados reforçam a necessidade de ampliar pesquisa que integre ecofeminismo, sustentabilidade urbana.

Referências

MIES, M.; SHIVA, V. Ecofeminismo. BH: Luas, 2021; MIES, M.; SHIVA, V. Ecofeminismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1993; CÂNDIDO, G. G. et al. O ecofeminismo como perspectiva em pesquisas científicas. Liinc em Revista, 2022; SILVA, L. F. C. da et al. Sistema de indicadores de sustentabilidade urbana em pequenas cidades. Rev. Nac. Gerenc. Cidades, 2024; IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. RJ: IBGE, 2024; NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas Brasil, s.d.; CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013. v.1.

Palavras Chave

Ecofeminismo, Ciências Sociais Aplicadas, Justiça socioambiental

Agradecimento a órgão de fomento

Universidade Estadual de Feira de Santana (Programa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPQ). Apoio a Projetos Internacionais, CNPq. Auxílio Financeiro a Projetos de Pesquisa e Inovação Liderados por Mulheres, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

INTERFACES ENTRE ECOFEMINISMO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva ecofeminista, consolidada por d'Eaubonne (1974), entende a relação entre humanos e natureza como interdependente e crítica as estruturas de poder que sustentam a dominação ambiental e a opressão das mulheres (Mies; Shiva, 2021). Este estudo analisa como o ecofeminismo é tratado nas Ciências Sociais Aplicadas, questionando sua presença na produção científica e as lacunas existentes. A relevância decorre da vulnerabilidade desproporcional das mulheres frente às crises ambientais 80% das pessoas deslocadas por desastres são mulheres (ONU, 2021) e da baixa participação em espaços decisórios (menos de 25% no legislativo brasileiro; IBGE, 2022–2023), reforçando a urgência de sua inclusão em políticas públicas ambientais. Metodologicamente, adota-se revisão sistemática híbrida com bibliometria na base CAPES. Os resultados indicam predominância de autoras, recorte temporal específico, temas recorrentes e lacunas teóricas e práticas que limitam o avanço do debate no país.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ECOFEMINISMO: APORTES TEÓRICOS

O ecofeminismo, proposto por Françoise D'Eaubonne nos anos 1970, ganhou destaque na década seguinte em mobilizações contra a degradação ambiental (Mies & Shiva, 1993). Diferente do feminismo tradicional, articula a luta contra opressões de gênero à defesa ambiental, entendendo a sustentabilidade como base para bem-estar e equidade (Diciommo, 2017 apud Cândido et al., 2022). Essa teoria dialoga com a interseccionalidade (Crenshaw, 2002) e, embora historicamente minoritário, fortalece-se por ciberativismo e práticas ecológicas, ao relacionar patriarcado, subordinação feminina e exploração da natureza (Puleo, 2022). Crítica o binarismo homem/cultura versus mulher/natureza (Carrobrez; Lessa, 2019) e denuncia a maior vulnerabilidade socioambiental das mulheres em estruturas patriarcais (Silva & Freitas, 2022).

Com o avanço do neoliberalismo e da exploração intensiva de recursos, cresce a resistência feminina a projetos degradantes, questionando paradigmas de progresso e propondo caminhos baseados na justiça socioambiental e na descolonização do pensamento (Aguinaga et al., 2011). Para Mies (2021), a sustentabilidade é incompatível com modelos centrados no crescimento econômico, defendendo um sistema orientado à preservação da vida. Nesse sentido, movimentos ecofeministas contrapõem-se à lógica capitalista e patriarcal, buscando um desenvolvimento fundado na interdependência e no cuidado (Alves & Iared, 2024).

Os estudos analisados convergem ao reconhecer o ecofeminismo como ferramenta teórica potente para compreender as interseções entre gênero, meio ambiente e desigualdades estruturais, propondo práticas alternativas baseadas em justiça social, sustentabilidade e equidade.

2.2 OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB A PERSPECTIVA ECOFEMINISTA

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pauta-se em um compromisso global das Nações Unidas, pactuado por 193 países no ano de 2015, mediante a denominada Agenda 2030. Esse documento, estabeleceu 17 metas que visa conciliar crescimento

econômico, equidade social e preservação ambiental. Entre eles, destacam-se o ODS nº 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS nº 11 (Cidades Sustentáveis), ambos centrais para esta análise. O primeiro inclui metas para assegurar participação plena das mulheres em processos decisórios, igualdade de acesso a recursos e políticas de empoderamento; o segundo propõe urbanização sustentável, acesso inclusivo a espaços públicos e redução de impactos de desastres, com atenção especial a grupos vulneráveis (ONU, 2015).

A perspectiva ecofeminista revela a interdependência entre esses objetivos: a construção de cidades sustentáveis (ODS nº 11) depende da efetivação da igualdade de gênero (ODS nº 5), especialmente no planejamento urbano (meta ODS nº 11.3) e na liderança feminina (meta ODS nº 5.5). Essa relação reflete a necessidade de abordagens sistêmicas e participativas, nas quais mulheres, historicamente mais afetadas pela crise climática e por desastres ambientais, assumam protagonismo na governança urbana (Silva et al., 2024).

Assim, ao articular ODS e ecofeminismo, defende-se um modelo de desenvolvimento urbano inclusivo, que reconheça mulheres como agentes centrais da transformação socioambiental, superando estruturas patriarcais e capitalistas que sustentam desigualdades e degradação ambiental.

3. METODOLOGIA

Adotou-se uma abordagem quali-quantitativa (Creswell, 2013), integrando revisão sistemática e procedimentos bibliométricos para ampliar a compreensão do fenômeno investigado. A pesquisa concentrou-se na área de Ciências Sociais Aplicadas (CNPq), sem restrições temporais, geográficas ou de revisão por pares, visando mapear a evolução do ecofeminismo e identificar lacunas teóricas.

A coleta ocorreu no Portal de Periódicos CAPES, utilizando o descritor “ecofeminismo” em título, resumo e palavras-chave. A ausência de recorte temporal buscou contemplar a trajetória histórica do conceito, enquanto a inclusão de artigos não revisados por pares deve-se à escassez de publicações com esse perfil e ao foco na análise de abordagens, não na aferição metodológica.

Os procedimentos envolveram quatro etapas: (I) levantamento bibliográfico (abril-junho/2025); (II) leitura analítica e organização dos dados em banco próprio, contendo variáveis como autoria, periódico, ano, citações (obtidas no Google Acadêmico), instituição e palavras-chave; (III) análise quantitativa via Excel, com gráficos para sistematização; e (IV) síntese crítica das convergências e divergências, permitindo uma visão integrada das contribuições e fragilidades da literatura.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PANORAMA BIBLIOMÉTRICO DOS ARTIGOS SOBRE ECOFEMINISMO

Esta revisão sistemática teve como objetivo analisar, de forma qualitativa e com suporte de técnicas quantitativas, como o ecofeminismo tem sido abordado nas Ciências Sociais Aplicadas, com base na produção científica do portal de periódicos da CAPES. O estudo mapeou as principais abordagens teóricas, oferecendo subsídios para pesquisas futuras, sem adotar recorte temporal, a fim de identificar a evolução e difusão do conceito ao longo do tempo. Aplicou-se apenas o filtro da área temática, priorizando a compreensão da disseminação conceitual do ecofeminismo, e não o rigor metodológico das publicações selecionadas.

Ao utilizar o descritor *ecofeminismo* como único filtro de busca, restringindo-se à área das Ciências Sociais Aplicadas, foram encontrados 17 artigos no Portal de Periódicos da CAPES, publicados entre 2014 e 2024. Essa distribuição evidencia que, nesse campo

específico, as discussões sobre o tema são recentes. Observou-se uma maior concentração de publicações nos anos de 2020 e 2023 períodos coincidentes com a pandemia de COVID-19.

Estudos como Usman e Ho (2021) apontam que a pandemia impulsionou pesquisas voltadas ao planejamento urbano sustentável e à proteção ambiental, reforçando debates sobre desigualdades sociais e ambientais. Esse contexto pode explicar o aumento das publicações em 2020, quando se destacaram análises sobre as inter-relações entre meio ambiente, saúde e justiça social, favorecendo abordagens ecofeministas.

Quanto à autoria, 67% dos 17 artigos foram assinados por uma única autora, 11% por duas autoras e 22% exclusivamente por homens. Apesar da predominância feminina, nota-se maior inserção masculina, sugerindo ampliação do interesse por essa perspectiva. Mesmo em um campo crítico e interdisciplinar como o ecofeminismo, que articula pautas feministas e ambientais, ainda se encontram publicações sem participação de mulheres como autoras. Esse dado dialoga com West et al. (2012), que demonstram que, apesar dos avanços em direção à igualdade de gênero na ciência, persistem desigualdades na autoria intelectual, manifestadas de forma sutil e estrutural.

Quanto à distribuição das publicações, dos 17 artigos identificados, 15 foram veiculados em periódicos distintos (94%), enquanto apenas a *Revista Brasileira de Políticas Públicas* concentrou dois artigos (6%). Tal dado indica que, embora o ecofeminismo apareça em diferentes revistas, ainda não se consolidou como linha temática contínua nas Ciências Sociais Aplicadas.

Na análise do número de citações, com base no Google Acadêmico, verificou-se grande dispersão entre os trabalhos: a maioria dos artigos apresenta menos de cinco citações. Destaca-se, nesse panorama, o estudo de Angelin (2014), “*Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero*” (Revista Eletrônica Direito e Política), que acumula 46 citações, configurando-se como referência relativamente isolada no conjunto analisado.

Esses resultados evidenciam que, apesar de contribuições relevantes, o ecofeminismo ainda carece de maior visibilidade e consolidação na literatura acadêmica nacional, permanecendo como tema significativo, porém pouco recorrente.

4.2 EXPLORAÇÃO TEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ECOFEMINISMO

A busca no Portal de Periódicos da CAPES com o descritor “ecofeminismo” na área de Ciências Sociais Aplicadas resultou em 17 artigos, abordando perspectivas jurídicas, artísticas, literárias, sociológicas e filosóficas. A análise das palavras-chave e leitura integral permitiu agrupar os estudos em quatro eixos: (1) jurídico-político; (2) cultural-artístico; (3) socioambiental-comunitário; e (4) teológico-epistemológico.

Os eixos jurídico-político e cultural-artístico concentram 29,41% dos estudos cada, seguidos pelo socioambiental-comunitário (23,53%) e teológico-epistemológico (17,65%). Apesar da diversidade metodológica, todos os estudos centralizam o ecofeminismo como lente analítica, articulando opressão de gênero, degradação ambiental, interseccionalidade e saberes contra-hegemônicos.

Nos eixos analisados, destacam-se avanços normativos e lacunas de participação feminina em decisões ambientais (Reis & Lemgruber, 2020; Bentes & Maneschy, 2024), críticas ao urbanismo androcentrista (Borin & Meireles, 2019), desigualdades no trabalho de cuidado (Seferian & Brasileiro, 2020), e o papel da arte e da literatura como espaços de resistência (Guerra, 2023; Torres, 2020; Sarmiento & Moura, 2023). No socioambiental, práticas locais de cuidado e consumo consciente evidenciam a conexão entre cultura e dominação estrutural (Valle, 2019; Oliveira & Amaral, 2022). Teologia e epistemologia

problematizam simbolismos que historicamente ligaram mulheres e natureza, propondo alternativas normativas e culturais (Mariani, 2023; Montero, 2020).

Metodologicamente, os estudos combinam análises legislativas, revisões bibliográficas, estudos de caso, etnografias e ensaios, ampliando perspectivas sobre o ecofeminismo. Contudo, persistem lacunas quanto à proposição de medidas operacionais, dados empíricos sobre participação feminina e conexão explícita com os ODS nº 5 e 11, ainda que alguns estudos articulem implicitamente essas metas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração de publicações nos anos de 2020 a 2023 sugere que o período de confinamento e isolamento social durante a pandemia pode ter direcionado pesquisadores, especialmente mulheres, a estudos voltados para publicação em periódicos, dado o impedimento de atividades presenciais. A análise bibliométrica revelou predominância de autoria feminina, embora ainda existam trabalhos escritos exclusivamente por homens, apontando persistência de desigualdades de gênero. Além disso, a dispersão das publicações indica que o ecofeminismo ainda não se consolidou como eixo recorrente nas revistas científicas da área.

Quanto à relação com a Agenda 2030, nenhum artigo estabeleceu vínculo explícito com os ODS nº 5 (Igualdade de Gênero) e nº 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), embora estudos urbanos e de governança demonstrem conexões implícitas com essas metas, sugerindo potencial para articulação futura. Identificaram-se lacunas significativas, como a ausência de estudos sobre ecofeminismo em perspectiva tributária, especialmente na dimensão jurídico-política.

Esses achados reforçam a necessidade de ampliar e aprofundar a pesquisa que integre ecofeminismo, sustentabilidade urbana, justiça social e equidade de gênero, promovendo diálogos interdisciplinares e fortalecendo a relevância teórica e prática da área. Recomenda-se que estudos futuros explorem conexões mais diretas com os ODS nº 5 e nº 11, e investiguem a interface entre ecofeminismo e tributação de gênero, potencializando a formulação de políticas públicas inclusivas, equitativas e ambientalmente responsáveis.

5 REFÊRENCIAS

ABREU, L. de S. “Tentáculos/Raízes” de Jhulie Cabral: Em uma análise interpretativa literária das reações teóricas ecofeministas e decoloniais. *Revista Científica da Universidade Federal do Pará*, v. 2, n. 24, 2023. DOI: 10.18542/rcga.v2i24.15609.

AGUINAGA, M.; LANG, M.; MOKRANI, D.; SANTILLANA, A. Pensar desde el Feminismo: críticas y alternativas al Desarrollo. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (org.). *Mas allá del Desarrollo*. Quito: Universidad Central del Ecuador, 2011. p. 55-82.

ALVES, K. M.; IARED, V. G. Ecofeminismo e a formação do sujeito ecológico: revisão da bibliografia recente (2013 a 2023). *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, v. 6, p. e13834, 2024. DOI: 10.47149/pemo.v6.e13834.

ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. *Revista Eletrônica Direito e Política*, v. 9, n. 3, p. 1569–1597, 2014. DOI: 10.14210/rdp.v9n3.p1569-1597.

BENTES, N. M. S.; MANESCHY, J. L. Ecofeminismo: repensar crítico da violência contra mulheres à luz do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. *Revista Jurídica Presidência*, v. 26, n. 138, 2024. DOI: 10.20499/2236-3645.RJP2024v26e138-2681.

BORIN, C. P. F.; MEIRELES, E. Cidades equalitárias: como um urbanismo pautado em gênero pode proporcionar sustentabilidade. In: *Anais do II Simpósio Nacional de Gestão e Engenharia Urbana*, 2019. DOI: 10.5151/singeurb2019-18.

CÂNDIDO, G. G. et al. O ecofeminismo como perspectiva em pesquisas científicas. *Liinc em Revista*, v. 18, n. 1, p. e5912, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.5912.

CARROBREZ, L.; LESSA, P. Por um ecofeminismo animalista: contribuições de Carol Adams e Greta Gaard. In: ROSENDO, D. (org.). *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e mistos*. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREITAS, S. Das naturezas que se movem pelo afeto na poesia de Sônia Sultuane. *Revista Ártemis*, v. 29, n. 1, p. 78–87, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v29n1.52907.

GUERRA, P. Fanzines e (eco)feminismo: além da Fortaleza do Antropoceno e do Faloceno. *Arte & Ensaios*, v. 29, n. 45, p. 234–261, 2023. DOI: 10.60001/ae.n45.14.

GUERRA, P. Derivas, resistências, artes no/pelo Antropoceno. *Farol*, v. 20, n. 31, p. 38–43, 2024. DOI: 10.47456/rf.v20i31.46852.

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MARIANI, C. M. C. B. Gebara à luz de Ivone: a atualidade epistemológica de sua teologia ecofeminista, 25 anos depois. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 83, n. 324, p. 153–176, 2023. DOI: 10.29386/reb.v83i324.4745.

MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

MONTERO, J. Decrecimiento cultural: tentativas desde los ecofeminismos. *Revista PH*, 2020. DOI: 10.33349/2020.101.4716.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 05 ago. 2025.

OLIVEIRA, F. A. G. de; AMARAL, É. Q. do. Deixadas para morrer: sobre búfalas, desinformação e especismo estrutural. *Liinc Em Revista*, v. 18, n. 1, e5939, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.5939.

PEÑA HERNÁNDEZ, L. D. Hábitos de consumo de las mujeres bumanguesas y ecofeminismo en relación con el posconflicto. *Revista Temas*, n. 10, p. 183–194, 2016. DOI: 10.15332/rt.v0i10.1614.

PULEO, A. El ecofeminismo y sus compañeros de ruta. *Estudios digital*, n. 48, p. 101–122, 2022.

REIS, É. V. B.; LEMGRUBER, V. Ecofeminismo interseccional e decolonial no direito brasileiro: a nova Política Estadual de Segurança de Barragens de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 3, p. 109–127, 2020. DOI: 10.5102/rbpp.v10i3.6903.

ROCHA, E. R. de S. As raízes das relações de poder sobre a mulher e a natureza no cristianismo. *Paralellus*, v. 7, n. 14, p. 155-167, 2016.

SARMENTO, E. C. D.; MOURA, G. J. B. de. Conceição em *O Quinze*: uma abordagem feminista e decolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 2, e85691, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n285691.

SEFERIAN, G.; BRASILEIRO, C. M. Meio ambiente, cuidado e direito: intersecções teóricas e práticas a partir da dialética da diferença. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 3, 2020. DOI: 10.5102/rbpp.v10i3.6862.

SILVA, L. L. T. da; FREITAS, A. L. C. de. Educação ambiental crítica e ecofeminismo: uma potente lente epistemológica para uma educação ambiental popular e feminista. *Horizontes*, v. 40, n. 1, p. e022037, 2022. DOI: 10.24933/horizontes.v40i1.1357.

SILVA, L. F. C. da et al. Sistema de indicadores de sustentabilidade urbana para pequenas cidades: proposição e aplicação no município do Conde/PB. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 12, n. 87, 2024. DOI: 10.17271/23188472128720245181.

TORRES, M. “Não era dor / o que sentia / era abismo”: cartografias de um eu em *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, de Martha Batalha. *Revista Ártemis*, v. 29, n. 1, p. 46–61, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v29n1.53999.

USMAN, M.; HO, Y. S. COVID-19 and the emerging research trends in environmental studies: a bibliometric evaluation. *Environmental Science and Pollution Research International*, v. 28, n. 14, p. 16913–16924, 2021. DOI: 10.1007/s11356-021-13098-z.

VALLE, L. de P. Ecofeminismo, estratégias e práticas de cuidado com a vida: fragmentos de uma narrativa-biográfica enquanto morriam os vampiros de galinhas. *Revista Ñanduty*, v. 7, n. 11, p. 82–103, 2019. DOI: 10.30612/nty.v7i11.11841.

WEST, J. D. et al. The role of gender in scholarly authorship. *PLoS ONE*, v. 8, n. 7, p. e66212, 2012. DOI: 10.1371/journal.pone.0066212.